

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
DISCIPLINA: DISSERTAÇÃO DE GRADUAÇÃO  
ORIENTADOR: CARLOS BENEDITO MARTINS  
PERÍODO: 2/91

A ANPEC  
E  
O PROCESSO DE AUTO-PRODUÇÃO  
DOS  
ECONOMISTAS

ALUNO: MÁRIO BISPO DOS SANTOS  
MATRÍCULA: 86/12943  
CURSO: CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer as seguintes pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho:

### **Aos professores**

Carlos Benedito Martins

Charles Mueller

Fernanda Sobral

Joaquim Andrade

Maria de Lourdes Mollo

Maria Stela G. Porto

Michelangelo G. S. Trigueira

A funcionária da ANPEC:

Luisa

e ao amigo

Gilberto.

"A SUPERIORIDADE DO ECONOMISTA  
SOBRE O RESTO DOS MORTAIS É QUE  
ELE FALA DO QUE NINGUÉM ENTENDE"

NELSON RODRIGUES

## Í N D I C E

I - INTRODUÇÃO	
II - DESENVOLVIMENTO	
1. A ANPEC E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA LEGITIMIDADE DA COMPETÊNCIA TÉCNICA DO ECONOMISTA .....	4
2. O SURGIMENTO DA ANPEC E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DOS ECONOMISTAS NAS DÉCADAS DE 60 E 70 .....	14
III- CONCLUSÕES .....	20
IV - NOTAS .....	23
V - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	26

## I - INTRODUÇÃO

Na realidade esta dissertação constitui uma das partes de um relatório técnico-científico de uma pesquisa orientada pelo professor Carlos Benedito Martins, sobre a inserção dos economistas no campo intelectual brasileiro.

Os economistas, nesse campo, destacam-se dos demais grupos de intelectuais pela sua ampla participação no processo de decisão sobre o destino do país.

Para alguns analistas, tal situação nada mais é do que o resultado da expansão das práticas de planejamento e intervenção econômica características do Estado brasileiro contemporâneo, acentuadas durante os governos militares. Tais governos, para Wilson Choeri ocasionaram dois males ao país: o impedimento da renovação política partidária e a mobilidade vertical ascendente dos economistas em nível de decisão governamental. "Os economistas, então, acolitados pelo binômio militar/burocracia elevaram ao nível de dogma as noções de planejamento, eficiência, produtividade e rentabilidade". Eles, os economistas tornaram-se, assim, conforme o autor, os corifeus da eficiência. (01)

Para outros analistas, entretanto, o poder dos economistas na esfera governamental, não resultou somente de transformações no campo econômico e político. De acordo com a professora Maria Rita da FGV-SP, tal situação é também, "resultado de um trabalho coletivo efetuado ao longo de várias décadas que deu a economia uma posição de destaque na hierarquia das disciplinas universitárias e ao mesmo tempo permitiu aos economistas ocupar postos-chaves no governo". (02)

Nesta pesquisa defende-se ponto de vista semelhante ao da professora Maria Rita. De modo geral, diríamos que o poder dos economistas na esfera governamental resultou e resulta, também, de um processo que produziu e reproduz uma categoria social, o economista, detentora exclusiva de uma competência técnica (a capacidade de construir e usar modelos matemáticos e uma linguagem esotérica, analisar projetos de investimento e desenvolvimento, manipular contas nacionais, diagnosticar tendências econômicas, etc) e ao mesmo tempo produziu e reproduz, também, a legitimidade dessa categoria social (ou seja, a crença na sua competência técnica) como ator político.

O processo citado acima, seria em última análise, o próprio processo de constituição e consolidação de um campo: o campo dos economistas; ou pelo menos, o processo de produção do capital específico desse campo (a competência técnica) e as disputas pela sua distribuição.

Um processo desenvolvido pelos próprios economistas, no sentido de construir a imagem de um grupo, portanto, um processo de auto-produção. Reconstruí-lo, em suas diversas fases, é a pretensão dessa pesquisa. E analisar as funções que a ANPEC desempenha nesse processo, um dos objetivos dessa dissertação.

Uma das hipóteses que será desenvolvida neste estudo é que a ANPEC funciona como uma instância de consagração, reprodução e difusão no processo de auto-produção dos economistas. Tal função ela desempenha na medida, em que executa as atividades para alcançar os objetivos previsto nos seus estatutos.

O segundo objetivo desta dissertação seria justamente investigar qual o processo histórico que forjou a ANPEC como uma instância de legitimação

Uma hipótese em resposta a tal questão, seria que o próprio processo de produção dos economistas, no qual a ANPEC funciona como instância consagradora, em dado momento do seu desenvolvimento histórico propiciou as condições para o surgimento e ao mesmo tempo a necessidade de instâncias de consagração, reprodução e difusão tais como: revistas, prêmios, instituições de ensino, associações, etc.

O momento histórico acima citado na realidade, é o momento de consolidação e diversificação do campo dos economistas, no qual, os centros de pós-graduação em economia, tornam-se os principais concorrentes pelo monopólio da competência técnica legítima.

Nesse momento histórico surge a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, a ANPEC, com a finalidade de integrar esses centros, justamente, eles, os novos grupos concorrentes no campo dos economistas.

A pesquisa da qual originou esta dissertação utilizou como fontes: revistas, artigos, documentos, depoimentos escritos e entrevistas relativos a ANPEC.

O referencial teórico, implícito, em diversas partes dessa introdução é a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, em especial, suas idéias sobre o funcionamento, estrutura e evolução do campo da produção erudita. Nesta dissertação, não dedicaremos como é de praxe um capítulo a discussão do referencial teórico. Tal discussão será feita no decorrer da análise do objeto em estudo.

## II - DESENVOLVIMENTO

## 1- A ANPEC E A PRODUÇÃO DA LEGITIMIDADE DA COMPETÊNCIA TÉCNICA DO ECONOMISTAS

Nesta parte do trabalho descreveremos as funções que a ANPEC desempenha no processo de produção de economistas, ou seja, a produção de um intelectual detentor exclusivo da capacidade de pensar a economia em termos globais e intervir em seus processos, assim como, a produção da legitimidade dessa capacidade.

A hipótese, colocada na introdução deste trabalho seria a seguinte: a ANPEC funciona no processo de produção de economistas como uma instância de consagração, e como uma instância de reprodução.

Antes de descrevermos o funcionamento da ANPEC enquanto instância de consagração e reprodução consideramos necessário discutirmos o funcionamento das instâncias em geral.

Nesse sentido, apresentaremos os pontos-chaves da análise que Bourdieu realiza sobre o campo da produção erudita, por vezes, denominado: campo artístico, intelectual ou literário.

Três aspectos dessa análise interessa: primeiro, o funcionamento e a estrutura do campo da produção erudita; segundo, a relação desse campo com o campo das instâncias de reprodução e consagração e terceiro, o processo de autonomização do campo da produção erudita. Esse terceiro aspecto discutiremos na segunda parte dessa dissertação.

Para Bourdieu, a produção de bens simbólico se estrutura na oposição que se estabelece entre de um lado, o campo da produção erudita

que funciona no sentido de produzir bens culturais destinados ao consumo de produtores que também produzem para produtores de bens culturais e de outro lado, o campo da indústria cultural que funciona no sentido de produzir bens culturais para o grande público. O segundo campo funciona baseado na lei de concorrência para a conquista do maior mercado possível, enquanto o primeiro, funciona baseado em critérios próprios de avaliação e produção e na lei da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes. (03)

O campo dos economistas funciona de forma semelhante ao campo da produção erudita. Ele funciona no sentido de produzir bens (modelos, análises, teorias, enfim, conhecimento em matéria de economia) para o consumo de produtores (professores, pesquisadores, estudantes) que também produzem para produtores de conhecimento em matéria de economia, ou seja, os economistas produzem para economistas, ou iniciados em ciência econômica, uma ciência esotérica.

O economista assemelha-se, dessa forma, ao escritor, ao artista, ao erudito que conforme Bourdieu, "não escrevem apenas para um público, mas para um público de pares que também são concorrentes". Para o autor, "afora os artistas e intelectuais, poucos agentes sociais dependem tanto, no que são e no que fazem, da imagem que têm de si próprios e da imagem que os outros escritores e artistas têm deles e do que eles fazem". (04)

Para Bourdieu, a própria natureza das obras produzidas pelo campo da produção erudita faz com que o funcionamento desse campo dependa de instâncias de reprodução. "As obras produzidas pelo campo da produção erudita são obras 'puras', 'abstratas' e 'esotéricas' que

somente são acessíveis aos detentores de um código refinado e consequentemente dos códigos sucessivos e do código dos códigos". (05) Por isso a dependência desse campo de instituições, como as escolas, que reproduzem um grupo de consumidores, que também serão produtores, capazes de manejar tais códigos.

Por outro lado, a produção de bens simbólicos no campo da produção erudita não é regida, como no campo da indústria cultural por leis de mercado, mas sim, pela lei de concorrência pela legitimação entre os próprios produtores. Por isso, a dependência desse campo, para seu completo funcionamento, de instituições que através das várias formas de reconhecimento - Bourdieu cita os prêmios, recompensas, honrarias, eleição para uma academia, uma universidade, um comitê científico, convites para um congresso, uma universidade, publicações em revistas científicas, citações, etc (06) - legitimam determinados intelectuais e artistas como produtores de cultura erudita. Tais instituições, Bourdieu denomina instâncias de consagração ou legitimação. Ele cita como instâncias de consagração: as academias, os museus, as escolas, os salões, as editoras, as revistas, os jornais literários ou artísticos, etc. (07)

A ANPEC funciona para o campo dos economistas, praticamente da mesma forma que as instituições anteriormente citadas funcionam para o campo da produção erudita, ou seja, como instâncias de consagração e reprodução.

Contudo, a ANPEC apresenta uma certa peculiaridade que a distingue de instituições como escolas, museus, galerias de artes, etc, e que assim, torna problemática sua caracterização como instância de legitimação. As instituições, acima citadas, reconhecem entre suas

funções, não necessariamente nos termos a seguir: a consagração e reprodução de certos grupos, obras, valores, etc. Ao contrário, a ANPEC, não reconhece, nem formalmente, nem informalmente, que as funções citadas, constem da relação de suas atribuições. Tanto nas palavras dos seus ex-secretários-executivos, como nas letras dos seus estatutos, as funções da ANPEC, são, entre outras, promover a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa nos centros afiliados, incentivar a integração entre esses centros, obter recursos para realização de programas desenvolvidos pelos centro membros, enfim, sua função, como a de qualquer outra associação, é, zelar pelos interesses dos seus associados.

Um modo de superarmos essa dificuldade na caracterização da ANPEC como instância de legitimação, consiste em utilizarmos os conceitos de funções, funções manifestas e funções latentes elaborados por Merton, resumidos a seguir.

Para esse autor, funções são aquelas consequências objetivas de uma atividade que propiciam a adaptação ou ajustamento de um dado sistema (pessoa, grupo, sociedade, etc). As funções tanto podem ser manifestas como latentes. Funções manifestas seriam aquelas consequências objetivas de uma atividade que contribuem para a adaptação ou ajustamento de um sistema que são intencionadas e reconhecidas pelos participantes do sistema. As funções latentes, correlativamente, são aquelas que não constam das intenções, nem são reconhecidas. (08)

Assim, a consagração e a reprodução de determinados discursos, obras e grupos são consequências objetivas de algumas atividades desenvolvidas pela ANPEC, consequências objetivas não reconhecidas, que contribuem para o processo de produção da legitimidade

da competência dos economistas. Em resumo, consagrar e reproduzir são funções latentes da ANPEC.

Feitas essas considerações, descreveremos, a seguir, as atividades realizadas pela ANPEC que a caracterizam como instância de legitimação.

De acordo com seus estatutos, os objetivos da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, ANPEC, são os seguintes: promover o intercâmbio entre as instituições associadas, incentivar a pesquisa econômica, assegurar o debate sobre temas da economia pura e aplicada e desenvolver a divulgação de estudos econômicos. (09) Para alcançar esses objetivos, a ANPEC realiza uma série de atividades, dentre as quais, algumas que desempenham as funções latentes anteriormente citadas.

Uma dessas atividades é o Encontro Anual de Economia que desempenha a função manifesta de assegurar o debate sobre os temas da Economia pura e aplicada. Ao mesmo tempo, o encontro também desempenha a função latente de promover o reconhecimento da competência técnica de determinados economistas ou grupos de economistas através das formas clássicas de reconhecimento: premiações, convites para comissões examinadoras, coordenações de áreas, painéis, homenagens, apresentação de trabalhos selecionados, etc.

O encontro anual reúne diversos produtores (pesquisadores, professores, pós-graduados, etc) de conhecimento em matéria de economia dos centros afiliados a ANPEC e outras instituições que durante esse evento buscam a consagração entre seus pares e também concorrentes a essa consagração.

A forma como tais produtores participam do encontro revela

de certo modo, o nível de reconhecimento que eles aspiram e a posição que ocupam na hierarquia de prestígio do campo dos economistas.

Situados num primeiro nível encontram-se os economistas desconhecidos que participam do encontro apresentando artigos para debates. Tais economistas, almejam o simples reconhecimento de sua competência, isto é, a capacidade de pensar, a economia em termos globais através de uma linguagem específica e modelos matemáticos.

Num segundo nível, estão aqueles economistas que participam do encontro como examinadores e debatedores dos artigos, ou seja, aqueles que detêm o poder de legitimar a competência de outros economistas, em geral os novos economistas; poder que revela um montante apreciável de capital simbólico acumulado e que coloca seus detentores numa posição de destaque na hierarquia de prestígio do campo.

Neste ponto, cabe uma observação sobre o prêmio "Haralambos Simeonidis" entregue durante o encontro anual. Numa análise do histórico das comissões examinadoras e premiados nota-se que, geralmente, um dos ganhadores do prêmio torna-se, no ano posterior a sua premiação, membro da comissão examinadora deste mesmo prêmio - comissão que conforme o regulamento do prêmio será composta por profissionais de notório saber (10) - ou seja, o prêmio Haralambos Simeonidis aumenta o volume de capital simbólico e em consequência propicia a ascensão na hierarquia de prestígio do campo, do economista agraciado.

Localizados num terceiro nível estão os economistas que foram convidados para participar de painéis, nos quais, são debatidos os problemas econômicos nacionais, a conjuntura econômica, etc. Tais economistas não buscam, entre os pares, o reconhecimento de sua competência técnica, até porque a presença deles nesses painéis já

revela o reconhecimento. Dentre os referidos economistas, alguns buscam, na realidade, é a legitimidade como atores políticos, ou seja, o reconhecimento da capacidade de proporem políticas econômicas. As políticas econômicas propostas revelam as diferenças e disputas entre os centros ou grupos assim como os móveis dessas disputas: os mecanismos de combate a inflação, o grau de participação do Estado na economia, etc.

Talvez seja oportuno neste ponto apresentar algumas considerações sobre o seguinte ponto de vista da pesquisadora Maria Rita da FGV-SP, em relação a participação dos economistas nos encontros anuais: "... nos últimos anos, as reuniões anuais da ANPEC têm se constituído sobretudo como espaço para os jovens pesquisadores apresentarem seus primeiros trabalhos, mais do que arena para as disputas e consolidação de lideranças intelectuais, como ocorreu no passado". (11)

Durante a pesquisa, tal ponto de vista foi colocado para alguns entrevistados para que opinassem a seu respeito. Na opinião da professora Maria de Lourdes, ex-representante do Departamento de Economia na ANPEC, as lideranças intelectuais que no passado disputavam entre si posições, eram também jovens pesquisadores, recém-doutores, como aqueles que, no presente, participam dos encontros. (12) Para o professor Joaquim Andrade, ex-secretário-executivo da ANPEC, participam dos encontros jovens pesquisadores, como também, economistas consagrados, contudo, não participam com artigos resultantes de pesquisa, mas sim, como debatedores nos painéis. Conforme o professor, tais economistas não possuem mais uma produção acadêmica significativa, pois, agora, participam de empresas de consultoria, ocupam postos em empresas privadas e agências governamentais. (13)

Com certeza, ocorreram modificações na forma da participação dos diversos tipos de economistas nos encontros devido as transformações políticas pelas quais passou o país nas últimas duas décadas, período no qual, aconteceram os dezenove encontros de economia. Os primeiros encontros nacionais de economia ocorreram durante a fase mais repressiva do regime militar - o primeiro encontro aconteceu em 1973 - na qual, os espaços para expressão de idéias, em especial as idéias de oposição, eram poucos como por exemplo: as reuniões da comunidade científica como aquelas realizadas pela SBPC, pela ANPEC, etc. Tais reuniões giravam então em torno de questões políticas no caso da ANPEC, em torno da política econômica do governo. Assim, o espaço nas reuniões da ANPEC para discussão de temas como: a conjuntura econômica, política salarial, inflação, etc., eram maiores do que aqueles destinados a apresentação de trabalhos estritamente acadêmicos. Podemos constatar total situação numa análise das revistas da ANPEC daquele período, o primeiro número, 1977 por exemplo, apresenta a íntegra das exposições do painel de debates sobre conjuntura econômica ocorrido no IV Encontro Nacional do qual participou entre outros, Bresser Pereira e Conceição Tavares. Apresenta, também resultados do seminário sobre "Economia brasileira e suas perspectivas", realizado em Recife do qual participou: Francisco Lopes, João Sayad, Décio Munhoz, João M.C. de Mello, Ricardo Carneiro e Luiz P. Rosenberg. Em relação a outros trabalhos apresentados no Encontro a revista apresenta somente resumo. (14)

Com a transição para um regime democrático, novos espaços foram abertos, como colunas e cadernos para debates em jornais, revistas de informações, fóruns, simpósios, etc, onde as idéias das mais variadas tendências ideológicas poderiam ser livremente, expressadas no caso, as

propostas alternativas de política econômica.

Dessa forma, as reuniões da comunidade científica tornaram-se um espaço dentre outros, onde, se poderia expressar idéias sobre temas nacionais. Tais reuniões se tornaram-se, então, espaços mais para a apresentação da produção acadêmica do que espaço para o debate político.

Os últimos encontros promovidos pela ANPEC, devido a essas transformações políticas, voltaram-se mais para o processo de reconhecimento da competência técnica do que para o processo de reconhecimento da competência dos economistas enquanto atores políticos. Por isso, a presença de um número cada vez maior de jovens pesquisadores nesses encontros. Tal situação pode ser constatada, numa análise dos anais dos últimos encontros. nos anais do encontro de 1991 em Curitiba, verifica-se um número significativo de artigos produzidos por mestrandos, fato que não se constata nos anais dos primeiros encontros.  
(15)

Agora, tanto dos primeiros como dos últimos encontros participaram e participam jovens e consagrados economistas que participam de formas diferentes e com objetivos diferentes de acordo com o volume de capital simbólico que detêm.

Os encontros anuais de certo modo também contribuem para o processo de reprodução de economistas na medida em que em tais eventos de um lado, eles recebem informações importantes para sua formação profissional e de outro lado, eles conhecem os vários grupos de economistas, suas disputas, móveis de lutas, suas posições na hierarquia de prestígio, ou seja, os jovens economistas familiarizam-se com a estrutura do campo onde atuaram.

O Encontro Nacional de Economia é assim, atividade da ANPEC que mais a caracteriza como instância de consagração e reprodução. Contudo, ela realiza outras atividades nesse sentido que iremos somente citar: como a permuta dos profissionais vinculados as entidades associadas, financiamento de programas e projetos e o concurso nacional para seleção para o mestrado, o convite ou a seleção para algumas dessas atividades significa sempre uma forma de reconhecimento.

Por fim, podemos afirmar que a ANPEC funciona também como instância de difusão na medida em que desenvolve atividades no sentido de alcançar um outro objetivo previsto nos seus estatutos: a divulgação dos estudos econômicos através de revistas, anais, cadernos para circulação de estudos originais cujo mérito seja reconhecido, etc. (16)

## 2- O SURGIMENTO DA ANPEC E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DOS ECONOMISTAS NAS DÉCADAS DE 60 E 70.

Na primeira parte deste estudo descrevemos o funcionamento da ANPEC enquanto instância de consagração, reprodução e difusão. Nosso objetivo, nesta segunda parte, consiste, justamente, em analisar o processo que criou as condições e a necessidade do desempenho de tais funções pela ANPEC.

A hipótese colocada, na introdução deste trabalho, seria que a ANPEC surgiu em meio as transformações pelas quais passou o campo dos economistas nas décadas de 60 e 70. Tais transformações resultaram numa maior diversificação e autonomia desse campo em relação aos demais.

Bourdieu, em texto citado anteriormente, analisa o campo da produção erudita que passou por transformações semelhantes aquelas, pelas quais, passou o campo dos economistas. A seguir, destacamos os pontos dessa análise importantes para este estudo.

Conforme Bourdieu, a produção artística e intelectual européia, durante um longo processo se autonomizou do campo econômico, do campo político e do campo religioso, formando um outro campo: o campo da produção erudita. (17)

Tal processo desenvolveu-se paralelamente a outras transformações. Primeiro, constituiu-se um grupo de produtores de bens que como vimos também são consumidores que construíram critérios próprios para a produção e avaliação dos seus produtos, fundamentais na lei da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural entre os membros do grupo e não em princípios externos de natureza econômica, política ou religiosa. Segundo, surgiram inúmeras instâncias de

consagração e difusão como: academias, escolas, salões, editoras, direções de teatros, responsáveis pela legitimação cultural e divulgação de determinadas, obras. (18)

No caso do campo em questão, os primeiros economistas surgiram, em termos legais, a partir da década de cinquenta (19), entretanto, somente a partir de meados da década de sessenta foi que se constituíram grupos de economistas que, praticamente, iniciaram a produção de conhecimento em matéria de economia através de métodos e técnicas específicos de uma ciência econômica. Tais grupos formaram-se a partir da criação de centros de pós-graduação.

Os centros de pós-graduação constituíram-se numa das soluções propostas para resolver o problema do ensino de economia em nível de graduação, que formava um número cada vez maior de economistas com uma qualificação cada vez pior. Essas instituições teriam "um duplo papel: suprir as deficiências de formação de ensino a nível de graduação; permitir, a médio e longo prazos, uma melhoria ou uma reforma por cima da própria graduação, à medida que os melhores alunos desta, uma vez pós-graduados no Brasil e/ou no exterior, contribuiriam para elevar o ensino de Economia no país a nível de graduação". (20)

Os centros inicialmente criados foram: IPE-USP, CEDEPLAR-UFMG, PIMES-UFPE e CAEN. "A partir de 1966/67, os alunos matriculados nestes centros faziam programas de doze a dezoito meses com formação intensiva em micro, macro e métodos quantitativos, e a partir destes seguia para as universidades americanas... . As primeiras safras significativas de pós-graduandos no exterior começaram a retornar a partir de 1969/70, preenchendo funções docentes e de pesquisa nos seus centros de origem". (21)

Os economistas vindos do exterior, aos poucos, estabeleceram nos centros universitários uma nova definição de economista: um intelectual portador de um discurso específico com enfoque em temas exclusivos da economia e não mais em temas gerais de cunho sócio-político, semelhantes aos de outras ciências humanas e também portador de uma competência técnica (a habilidade de analisar a economia globalmente através de modelos matematizados e de uma linguagem específica) que o distingue de outros profissionais como contadores e administradores.

É interessante citar a opinião dos próprios economistas sobre esse processo. Para Luis P. Rosenberg, ex-secretário-executivo da ANPEC, tratava-se de "um golpe visando a tomada do poder no ensino de Economia. Jovens turcos, recém-treinados no exterior e uns poucos mestres, mais antigos mas esclarecidos, uniam-se para expropriar a definição do que seja um economista, das mãos dos velhos bacharéis travestidos de economistas e de suas crias os velhos economistas travestidos de novos economistas". (22). Para, o professor Joaquim Andrade, também ex-secretário-executivo da ANPEC, é um processo iniciado com a separação do curso de economia de outros cursos, no qual, os economistas tornaram-se mais "puros" e atualmente nem "primos distantes" de profissionais como os contadores se consideram. (23)

Na perspectiva deste trabalho trata-se do processo de produção da imagem de uma categoria social, denominado processo de auto-produção, numa de suas fases históricas. Como vimos anteriormente, tal processo nada mais é do que o próprio processo de constituição do campo dos economistas ou pelo menos o processo de formação do capital específico desse campo: uma determinada competência técnica definida em

outra parte deste trabalho.

Com a criação dos centros de pós-graduação tal processo se consolida, como consequência o campo dos economistas finalmente se autonomiza dos demais campos da produção acadêmica e de outros campos profissionais.

Neste ponto, cabe alguns comentários sobre uma afirmação de Wilson Choeri em relação a insensibilidade dos economistas, ao elaborarem seus planos econômicos, para fatores sociais, políticos e culturais importantes para compreensão e resolução dos problemas brasileiros. O autor afirma sobre os economistas; "por mais profundo e denso que seja a formação acadêmica deles, falta-lhes a dimensão dos aspectos políticos e sócio-culturais ao formularem suas hipóteses de trabalho. Esta dimensão, que existiu no passado da ciência econômica, se perdeu no momento em que a Economia deixou de ser uma ciência sócio-política para se transformar em pretensa ciência paramatemática". (23)

Um primeiro comentário é sobre o fato dos economistas não levarem em consideração em seu trabalho elementos de cunho político e sócio culturais. Essa "insensibilidade" dos economistas na verdade, resultou do próprio processo de autonomização do campo que tornou a utilização de princípios enfoques, temas de outros campos, como o campo político ou o campo das ciências sociais, um ato passível de condenação pelos membros do grupo.

Bourdieu na análise do campo da produção erudita comenta essa situação: "Tanto neste campo como outros campos (grifo nosso), as leis que regem objetivamente as relações sociais tendem a se constituir em normas explícitas professadas e assumidas. Destarte, à medida que a autonomia do campo se amplia ou a medida que se torna mais autônomos

setores do campo, a introdução direta de princípios de diferenciação externos provoca muito mais a reprovação e tal desobediência as regras da profissão intelectual tende a envolver a exclusão simbólica daqueles a quem se atribue tal falta". (24)

Outro comentário é sobre o fato da Economia que deixou de ser uma ciência sócio-política para se transformar numa ciência paramatemática. Na realidade, essa transformação é a expressão do processo de autonomização do campo dos economistas que significou a redefinição da ciência econômica praticada no Brasil até a década de sessenta. (25)

A formação de centros de pós-graduação nos anos sessenta e setenta significou o crescimento e a diversificação dos produtores e consumidores de conhecimento em matéria de economia. Em consequência criou-se as condições para o surgimento de novas instâncias de difusão e consagração. As instâncias de difusão surgem para suprir as necessidades de divulgação de produtos distintos num mercado diversificado. Conforme a pesquisadora Maria Rita da FGV-SP, em artigo anteriormente citado, na década de sessenta existia somente uma revista especializada: a Revista Brasileira de Economia da FGV-RJ; na década de setenta surgem duas outras: A Revista Estudos Econômicos da FEA-SP e a Revista Pesquisa e Planejamento Econômico do IPEA e na década de oitenta surge a Revista de Economia Política da FGV-SP. (25). As instâncias de consagração surgem com a finalidade de legitimar a competência dos novos grupos de economistas, os centros de pós-graduação, que concorrem entre si pela distribuição do capital específico do campo. Dentre essas instâncias destaca-se a ANPEC criada em 1973 cujo o funcionamento como instância de consagração descrevemos na primeira parte deste trabalho.

A ANPEC, portanto, surgiu durante o processo de consolidação e diversificação do campo dos economistas expresso na formação dos centros de pós-graduação nos anos sessenta e setenta. Contudo, cabe salientar que a ANPEC não é um simples produto desse processo, ela também desempenhou um papel ativo na sua organização. Nas palavras de Luis P. Rosenberg: "A ANPEC era o guarda-chuva protetor deste movimento subversivo (o processo descrito anteriormente). Nela discutíamos, os programas de disciplinas, a natureza da tese de mestrado, ou mesmo técnicas de ensino e o formato do exame de seleção até a organização do lobby para obtenção de bolsas e auxílios junto a CAPES, CNPq, FINEP e INPES. Dela sacávamos recursos para ajudar um centro impossibilitado, por entraves burocráticos ou ideológicos, de contratar um professor recém-chegado ou então para socorrer um programa de publicações de uma pós-graduação em implantação". (27)

### III - CONCLUSÕES

O objetivo central deste estudo era mostrar qual a relação entre a ANPEC e o processo de auto-produção dos economistas.

Neste trabalho definiu-se processo de auto-produção como o processo de construção da imagem de uma categoria social, desenvolvido pelos seus membros, no sentido de provocar distinção entre essa categoria social e as demais.

Em relação a categoria social, em estudo, o processo de auto-produção consiste na produção e reprodução da imagem dos economistas, como portadores, em forma de monopólio, de uma competência técnica (definida anteriormente como a capacidade de analisar a economia globalmente através de uma linguagem específica e intervir em seus processos através da elaboração de projetos de desenvolvimento e de planos econômicos) que os legitima, os economistas, como atores políticos.

A partir do exposto nas duas partes constitutivas do desenvolvimento deste trabalho, podemos apresentar as seguintes conclusões sobre a referida relação:

Primeiro, a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, a ANPEC, desenvolve uma série de atividades cujo propósito explícito é contribuir para uma melhor integração dos centros associados. Dentre tais atividades algumas como: os encontros anuais de economia, as publicações, seleções para o mestrado, etc., contribuem, também para o processo de reconhecimento, entre os pares da competência técnica de determinados economistas e/ou grupos de economistas. Dessa forma a ANPEC desempenharia a função de instância de consagração no

processo de auto-produção dos economistas.

Segundo, o processo de auto-produção dos economistas, é, também, um processo histórico, durante o qual, a definição da imagem dessa categoria social constitui-se num permanente objeto de disputas. Assim, durante os anos sessenta e setenta como consequência das lutas entre os antigos bacharéis em economia e os economistas pós-graduados, formados no exterior, vitoriosos nessa disputa, estabeleceu-se uma nova definição de economista: um intelectual portador de um discurso específico com enfoque em temas exclusivos da economia e não mais em temas gerais de cunho sócio-político, semelhantes aos de outras ciências humanas e também portador de uma competência que o distingue de outros profissionais como contadores e administradores.

Nesta fase do processo de auto-produção, o campo dos economistas se consolida e se diversifica através da formação de novos grupos concorrentes: os centros de pós-graduação. A diversificação criou a necessidade de instituições que funcionem no sentido de reconhecer a competência técnica dos novos grupos, instâncias de consagração e difusão como a ANPEC.

Terceiro, a ANPEC é, portanto, ao mesmo tempo, instrumento e produto de um mesmo processo: a auto-produção dos economistas. Tal processo em conjunto com outros processos (políticos, econômicos, etc) contribuiu para o fortalecimento do poder dos economistas como intelectuais e como atores políticos.

Por fim, cabe observar que há indícios de que o processo de auto-produção dos economistas esteja iniciando uma nova fase. Entre os economistas entrevistados durante a pesquisa uma opinião era unânime: os economistas para desempenharem bem suas funções em qualquer área, em

particular, na área governamental não podem prescindir dos enfoques, análises e informações de outras áreas do conhecimento científico, em especial, da ciências sociais.

## IV - N O T A S

- (01)- CHOERI, Wilson. Corifeus da eficiência. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, caderno de idéias, 17/03/91, p. 4-5.
- (02)- Ver MARIA RITA. Os economistas no Brasil: intelectuais no poder. (São Paulo). mimeo.
- (03)- Ver BOURDIEU, Pierre. "O mercado dos bens simbólicos". In: MICELI, Sérgio. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1987, p. 105.
- (04)- Idem nota 03, p. 106.
- (05)- Idem nota 03, p. 106.
- (06)- Idem nota 03, p. 119.
- (07)- Idem nota 03, p. 119.
- (08)- Ver MERTON, R.K. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1990, p. 102.
- (09)- Ver Estatutos da ANPEC. Belo Horizonte, 1982.
- (10)- Ver Regulamento do prêmio Haralambos Semeonidis. Brasília, UnB, 1991.

(11)- Ver nota 02, p. 48.

(12)- Trecho da entrevista concedida pela professora Maria de Lourdes R. Mollo, representante do centro de pós-graduação em economia da UnB na ANPEC, em 28/11/91.

(13)- Trecho da entrevista concedida pelo professor Joaquim Andrade, ex-secretário-executivo da ANPEC, 19/02/91.

(14)- Ver Revista da ANPEC número 1, ano I, 1977.

(15)- Ver Anais do 19º Encontro Nacional de Economia. Brasília, 1991.

(16)- Idem nota 09.

(17)- Idem nota 03, p. 100.

(18)- Idem nota 03, p. 100.

(19)- Sobre a criação de cursos de economia nas décadas de 40 e 50 e a regulamentação da profissão de economistas ver COSTA, Gilberto. O surgimento dos economistas no Brasil. Brasília, 1992. mimeo.

(20)- Ver Avaliações e Perspectivas - Campo da Ciência Econômica, 1982, p. 264.

(21)- Idem nota 20, p. 265.

(22)- ROSENBERG, Luis. A ANPEC avança. Salvador, 1987. mimeo.

(23)- Idem nota 13.

(24)- Idem nota 03, p. 106.

(25)- Sobre o processo de definição da ciência ver as conclusões deste trabalho.

(26)- Idem nota 02, p. 39-40.

(27)- Idem nota 22, p. 02.

## V - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

## 01- SOBRE O REFERENCIAL TEÓRICO:

- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- ----- . *O mercado dos bens simbólicos*. In: MICELI, Sérgio. (org.). *Economia da troca simbólica*. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- ----- . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.
- ----- . *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- MARTINS, Carlos B. *Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu*. Brasília, UnB, Departamento de Sociologia. Série Sociológica n. 63, 1987.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1990.

## 02- SOBRE A ANPEC:

- HADDAD, Paulo R. *ANPEC: Os anos da institucionalização num contexto de autoritarismo político*. Salvador, 1987, mimeo.

- MUELLER, Charles. A ANPEC pela experiência de um ex-secretário-adjunto. Salvador, 1987, mimeo.
- MENDES, Armando. A reestruturação da ANPEC. Salvador, 1987, mimeo.
- ROMÃO, Maurício. Os 15 anos da ANPEC. Salvador, 1987, mimeo.
- ROSENBERG, Luis. A ANPEC avança. Salvador, 1987, mimeo.
- VERSIANI, Flávio. O futuro da ANPEC: 6 pontos para discussão. Salvador, 1987, mimeo.

### 03- SOBRE METODOLOGIA CIENTÍFICA:

- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- SALOMON, Décio. Como fazer uma monografia. Belo Horizonte, Universidade Católica, 1971.